

Invasões estrangeiras e formação do estado ao sul de Moçambique.

*Hector Guerra Hernandez
Doutor em Antropologia Social
Prof. História da África, UFPR
Curitiba, Março 2013*

Preâmbulo:

“O assunto dos escravos é uma caixa de pandora. Abre-se a tampa e emergem fantasmas de diversas cores e tamanhos. Não podemos esquecer que a religião muçulmana e católica durante séculos foram usadas para abençoar a escravatura. Todos os povos em todos os continentes criaram e mantiveram formas de escravatura. Dentro de Moçambique séculos de escravatura doméstica beneficiaram elites internas. Uma grande parte dos moçambicanos é descendente de escravos. Mas uma outra parte é descendente de vendedores de escravos.” (Mia Couto: 2005)

A motivação para desenvolver este texto, nasceu, da constatação de alguns aspectos em torno da produção historiográfica relacionada com os processos de desenvolvimento e construção nacional moçambicana. Talvez a mais significativa foi que na maioria da produção consultada durante os diversos momentos de pesquisa no doutorado, realizados particularmente nos arquivos de Lisboa e Maputo¹, as estruturas e formas de reprodução social dos diversos grupos étnicos, parecem assumir sentido apenas desde sua relação com as formas de dominação colonial e pós-colonial, afloradas no sul de Moçambique. Efetivamente, grande parte da literatura consultada caracterizou-se por descrever os tipos de representações e categorias em torno das instituições e grupos atuantes no espaço referido, todas elas querendo significar esses processos através da confirmação ou questionamento de alguns pressupostos já instalados no acervo analítico das próprias disciplinas², mais do que na sua compreensão como eventos dinâmicos e entrelaçados de

¹ Durante a minha pesquisa de doutorado financiada pela FAPESP, realizei alguns estágios dedicados à revisão documental, especificamente em Lisboa, nos Arquivos do CIDAC, na Biblioteca Nacional de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, assim como na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ICS. E também em Maputo, onde concentrei a pesquisa em três instituições: O Arquivo Histórico de Moçambique, O ARPAC (Arquivo do Patrimônio Cultural de Moçambique) e a Biblioteca Central da Universidade Eduardo Mondlane.

² Esta reflexão coincide com o manifestado também por M. Mamdani (1998), especificamente no que diz respeito ao ponto a partir do qual a história é contada. A reflexão neste texto compartilha e pretende dar uma possibilidade de compreensão ao seu questionamento: *“Qué pasa si se toma un proceso histórico que se despliega em circunstancias concretas - em este caso, de la Europa del siglo XVI a la del XVIII – como punto de mira desde el que explicar el desarrollo social subsiguiente? El resultado es una historia por analogía em vez de una historia como proceso”* (MAMDANI, 1998:15)

maneira simultânea e conflitante, os quais numa perspectiva diacrônica permitiriam enxergar a complexidade e, portanto, também a conflitualidade das próprias identidades afloradas nestes processos.

Esta reflexão pretende se inserir num debate mais amplo entre os/as pesquisadores/as que trabalha em e sobre Moçambique, principalmente no que diz respeito a pensar as causas dos problemas de desenvolvimento e exclusão social existentes neste país. Mas também pretende ser um questionamento ao ponto de partida de outras análises que parecem se conformar em colocar este percurso dentro do um imaginário desenvolvimentista, e cuja perspectiva linear apenas deixa espaço para um mundo “pré” e um outro mundo “pós”, intercalando momentos “progressivamente” constituintes³. Neste sentido, pretendo refletir, a partir da região sul de Moçambique, sobre este enfoque que estrutura o percurso - em alguns casos a-historicizado - de uma sociedade “pré-capitalista”, “pré-industrial”, “pré-moderna”, e seu desenvolvimento como sociedade “capitalista periférica”⁴.

Por outro lado, pretendo refletir, dentro do contexto histórico de violência e conflito que caracterizaram os processos constitutivo na construção das diversas unidades políticas da região, prestando atenção as práticas sociais desenvolvidas pelos grupos e comunidades assentes, sobretudo as que dizem respeito as formas de reprodução social e resolução de conflitos, as quais seriam, em muitos casos, anteriores e/ou paralelas aos diversos projetos políticos modernizantes aplicados desde a “ocupação efetiva” do território pelos portugueses em 1895. Práticas de reprodução social e resolução de conflitos caracterizadas por combinar racionalidades econômicas⁵ a uma estrutura

³ Por outro lado, e estreitamente relacionada a esta primeira questão, pretendo também atender à afirmação colocada por M. Mamdani (1998), em relação ao fato de que neste debate *“se puede distinguir dos grandes tendencias. Para los que tienen como centro el Estado, éste no há logrado penetrar suficientemente la sociedad y es por lo tanto rehén de ella; para los que centran en la sociedad, éste no há logrado hacer al Estado responsable y por lo tanto es rehén de él. Yo argumentaré que los primeros no alcanzan a ver la forma de poder, cómo el Estado penetra en la sociedad, y los segundos la forma de revuelta, cómo la sociedad hace responsable al Estado, porque ambos se valen de analogías y no son capaces de abordar una realidad históricamente específica.”* (MAMDANI, 1998: 14 grifos do autor).

⁴ Em relação ao debate da antropologia, sobretudo no que diz respeito ao modo como as sociedades não européias são incorporadas ao sistema de acumulação capitalista, cabe mencionar a importante reflexão elaborada por Almeida, que resgata o esforço de alguns antropólogos, como Melliasoux (1972), Hart (1982) e Wolf (1973, 1987). Almeida resume: *“De fato, tratava-se da formação de uma periferia capitalista, criando trabalho servil, escravo, por dívida, e também economias informais e migratórias. Tudo isso indicando, porém, que não havia propriamente um processo linear e homogêneo de ‘subordinação formal e real do trabalho ao capital’, e sim o ‘desenvolvimento desigual e combinado’ de ‘subordinação’ e de ‘independência formal’ do trabalho, no contexto de ‘subordinação real’ que também era acompanhada de vastas zonas de ‘independência real’ do trabalho em relação ao capital”.* (ALMEIDA, 2003: 84).

⁵ Neste sentido a expressão “racionalidade” não é pensada desde um enfoque formalista cuja perspectiva centra-se na análise do comportamento individual como motor da economia. Isto não significa ignorar absolutamente os aspectos

social de dinamismo particular, e ao mesmo tempo, como “opções” contínuas em face às dificuldades cotidianas que o mesmo “caminho à modernidade” *teria* colocado, e cujas consequências poderiam ser vistas, entre outros, nas formas de percepção e auto-representação que as populações deste território sulista, historicamente, foram desenvolvendo.

O meu objetivo aqui, porém, não é criticar estes enfoques e sim mais bem refletir precisamente em torno destas perspectivas, tanto aquelas que colocam a colonização como a matriz dos futuros estados africanos (PÉLISSIER, 2000), como aquelas que preferem pensar nos processos de integração e desintegração como elemento constituinte do nascimento da nação moçambicana (NEWITT, 1995). Mas também a perspectiva que propõe “*criar uma visão unificada do passado, temática e geograficamente*” (SERRA, 2000: ix) se sustentando no conflito de interesses e estratégias marcado pelos diversos modos de produção aplicados neste contexto.

Assim sendo, as hipóteses propositivas que guiam esta reflexão sugerem que, para o caso da região sul de Moçambique, é possível pensar, em primeiro lugar, que historicamente essa região caracterizou-se pela coexistência imbricada de duas formas econômicas com princípios organizativos diferentes. Por um lado teríamos as práticas derivadas do comércio e a circulação, do marfim, escravos e, posteriormente, ouro e diamantes, mas também, e como consequência deste circuito, as formas de apropriação da força de trabalho dos diversos grupos habitantes no espaço em questão. Por outro lado, estariam as formas domésticas de reprodução e redistribuição que, paralelas e de certo modo conflitantes com as primeiras, precisamente por se sustentar sob outros princípios organizativos, serviriam como argumento explicativo para entender a relação ambígua da população do território com as formas impostas pela administração do estado constituído pela força de ocupação portuguesa. Em segundo lugar, e como consequência direta desta situação, seria possível sugerir que os processos de diferenciação e estratificação social, derivados destas relações de produção e reprodução, sejam também anteriores à ocupação efetiva dos portugueses. Processos que, por sua vez, iriam se ressignificando e se reconfigurando até a atualidade, através dos distintos conflitos gerados pelos diversos esforços unificadores que seguiram à formação do estado colonial. Em terceiro lugar, pretendo concluir que esses processos de produção de alteridades, com a mercantilização e monetarização da economia, sobretudo a partir do processo que aqui

sociais referentes às estruturas, instituições e sistemas, mas conferi-lhe um lugar subsidiário às ações individuais. Frente a um estado de escassez preexistente, o individual explicaria o social a partir das suas decisões em torno da alocação dos recursos disponíveis. Contrariamente assumo aqui uma perspectiva mais substancialista, tentando demonstrar que independentemente das capacidades individuais dos sujeitos envolvidos neste processo, serão as instituições e estruturas sociais que conseguem dar um sentido mais de processo aos eventos que pretendo descrever.

denominaremos de “burocratização dos tributos” por parte da administração colonial portuguesa já assentada na região, se tornariam processos de exclusão política e social, especialmente no que diz respeito à falta de direitos civis, mas também econômicos, ao restringir o acesso a bens e serviços básicos à esmagadora maioria da população. Situação que desde cedo foi confrontada pela mesma população com práticas econômicas próprias⁶.

Antecedentes “étnicos” do enquadramento mercantil da força de trabalho sulista

Para poder dar conta, de maneira satisfatória, dos objetivos propostos, concentraremos os primeiros esforços em questionar reflexivamente as diversas adscrições identitárias e culturais usadas pelos estudiosos para definir aos habitantes da região ao sul do rio Save. Neste sentido, contrastamos as fontes encontradas nos arquivos com as reproduzidas pela bibliografia consultada, introduzindo de maneira dialógica as noções surgidas das diversas entrevistas, recopiladas por diversos autores dedicados à reconstrução da história nacional moçambicana a partir da memória oral dos habitantes dessa região⁷. Acredita-se que seja nesta comparação que encontrar-se-iam elementos suficientes para pensar a fragilidade do conceito de “unidade nacional” e de uma tradição formativa - construída a partir de uma língua ou cultura específica – e portanto, tornar-se-ia evidente o que já fora manifestado por Carneiro da Cunha (2009), em torno a pensar uma tradição cultural mais como um

reservatório onde se irão a buscar, à medida das necessidades no novo meio, traços culturais

⁶ possíveis de interpretar hoje na proliferação e diversidade das formas de intercâmbio, poupança e crédito. Práticas econômicas hoje subsumidas em torno da noção um tanto simplificada de “informalidade econômica”. Muitas delas sendo objetos de inflacionárias análises sociológicas e políticas na atualidade. O propósito de toda esta reflexão é propor alguns antecedentes que acredito necessários para contrastá-los ao período pós-independência, o qual, tentando não cair em um tom apologético, parece sugerir que o período socialista moçambicano representou talvez a primeira e única tentativa de construção de um Estado-nação, nos “termos modernos” do conceito, mas precisamente pelo seu caráter exógeno e forte doutrinação ideológica na compreensão integral dos problemas históricos de dominação, não fez outra coisa senão reforçar, reproduzir e, portanto, dar continuidade aos mesmos conflitos derivados das formas de dominação anteriores. Em relação à expressão “termos modernos” do conceito de Estado-nação, vide entre outros, Gellner, Ernst: *Naciones y nacionalismo*. Alianza Editorial, Madrid 2001; Anderson, Benedict: *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1993; Hobsbawm, Eric J. : *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Editora Paz e Terra, São Paulo 2008. Para uma crítica, vide entre outros: Appiah, Kwame Anthony: *Cosmopolitismo. La ética em un mundo extraño*. Katz Editores, Buenos Aires 2007; Chatterjee, Partha: *Colonialismo, Modernidade e Política*. EDUFBA, Bahia 2004; Mamdani, Mahmood. Op. Cit. 1998.

⁷ Em relação à história oral de Moçambique, alguns autores têm dedicado uma atenção especial à recuperação da memória coletiva através da própria história oral da região. Muitos desses trabalhos encontram-se reunidos na coleção “Embondeiro” do ARPAC (Arquivo do Patrimônio Cultural de Moçambique), mas também nas publicações periódicas do Arquivo Histórico de Moçambique. Assim temos o caso de Alpheus Manghezi (1998, 2003); Orlando João Nhacale e Saúte Castigo Maluana (1997); Domingos Artur do Rosário (1996); Inácio Chilenge (1995) e Gerhard Liesegang (1996), entre muitos outros.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

isolados do todo, que servirão como sinais diacríticos para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, seletivamente reconstruída, e não uma instância determinante (CARNEIRO, 2009: 226).

Em um segundo momento, entender este *reservatório* como um fenômeno historicamente construído, através das transformações sofridas no universo de relações econômicas e políticas das formações sociais atuantes neste contexto, não apenas durante o período de efetivação do domínio português, senão, particularmente anterior a ele, sobretudo durante a ocupação dos grupos chamados “Nguni” (doravante só Nguni em singular e sem aspas). Desta maneira, pretende-se definir os processos de construção das identidades étnicas como significantes dos processos de hierarquização e estratificação social⁸. Aspectos estes que logo serão assumidos pela própria administração colonial na configuração do seu domínio no território, o que terá implicações significativas para o período pós-independência, se bem que já sobre outra ordem de adscrições classificatórias.

Para o sul de Moçambique, uma das construções estatutárias mais significativas é aquela que circunscreve às diversas formações socioculturais coexistentes na região - como antecedente histórico para a constituição formativa da “nação” moçambicana - sob a expressão “Tsonga”. H. A. Junod (1996 [1974]), missionário suíço quem na sua etnografia sobre os “Usos e costumes dos Bantus” acunhou o termo “Tsonga” para se referir às populações ao sul do rio Save, manifestava no entanto e de forma contraditória a dificuldade de definir as diversas formações dentro de uma ideia totalizante. Patrick Harries (1989), muitos anos depois, concluiria “... *that the notion of a 'Tsonga' ethnic group as defined by anthropologists at the turn of the century is of little objective value for it was more a product of their social and intellectual environment than an objective reality.*” (HARRIES, 1989: 82). Contudo, o termo “Tsonga”, usado por Junod, mesmo que suas implicações fossem de ordem linguística⁹, acabou por transformar-se num conceito recorrente para definir estes grupos em estudos posteriores. Sobre a questão nacional, esta fora introduzida de maneira clara por Junod, quem definira os “Tsonga” como um grupo disperso, sem sentido de unidade nacional, “*mal*

⁸ Neste ponto, vale a pena salientar também o argumento de Patrick Harries em relação à criação e desenvolvimento de uma identidade étnica específica. Especialmente para o caso da África austral, Harries aponta “*I shall argued tha the degree to wich an ethnic identity is adopted is dependent on the various class interests engendered by the historical regional division of labour or centre-periphery form of internal capitalism that has developed in southern Africa.*” (HARRIES, 1989: 82).

⁹ Segundo Patrick Harries, a expressão Tsonga seria, sobretudo, uma construção etnolinguística iniciada pelos missionários suíços em seu projeto de evangelização das comunidades localizadas na região. Para esses missionários a língua constituía um instrumento fundamental no processo de modernização. “*Os missionários acreditavam que a 'sua' língua escrita iria modernizar e civilizar a população nativa do mesmo modo que o Latim tinha domesticado as tribos da Suíça e França.*” (HARRIES, 2007: 188)

têm consciência de que formam uma nação bem definida, e nem sempre tem um nome comum para a designar” (JUNOD, 1996 [1974]: I, 34)¹⁰.

Contudo, ele não foi o único que chamou a atenção para este significativo antecedente. Péllissier (1994), ao se referir aos domínios do sul do rio Save, durante o período prévio à ocupação efetiva do território pelos portugueses, concluía: “*ora um dos maiores problemas desta historiografia embrionária do sul de Moçambique é que ainda raramente se sabe quem é quem, tanto se contradizem e atrapalham os portugueses a respeito das pertenças étnicas.*” (PÉLLISSIER, 1994: I, 124). Newitt (1995), na sua história de Moçambique¹¹, da mesma maneira que Rita-Ferreira (1982), no seu estudo sobre as mutações culturais na mesma região¹², ao se referir ao período das invasões Nguni e à instauração do Império de Gaza (1821 - 1897), descreveram as diversas populações ao sul do rio Save, de maneira indiferenciada sob o termo de “Tsongas”, porém incluíram a presença diferenciada dos (bi)tonga e chopes da província de Inhambane. Na mesma obra, este autor, no capítulo VIII se debruça sobre a origem usando uma perspectiva política centrada em definir o sentido homogêneo e local da cultura “Tsonga”, para atingir o objetivo realiza toda uma reconstrução das migrações anteriores à chegada dos Nguni no século XIX. Esta descrição talvez seja a única tentativa elaborada a partir de uma perspectiva etnohistórica, usando as migrações documentadas pelos cronistas, clérigos e viajantes. Contudo, o sentido homogeneizador implícito nesta tentativa parece sucumbir a um evolucionismo inveterado, ao reificar períodos “proto” e “pré” entre os diversos contatos, o qual desde uma perspectiva processual não permite ver as nuances produzidas no período posterior. (RITA-FERREIRA, 1982: 133–182).

De uma maneira ou outras, todas essas afirmações servem para pensar que, paralela ou independentemente das dinâmicas locais, das diferenças culturais e sociais dos diversos grupos dispersos, coexistindo pacífica ou violentamente num espaço historicamente definido, o princípio norteador que transparece na produção historiográfica e etnográfica é aquele que busca definir uma totalidade histórica para a região sul em torno da designação “Tsonga”. Efetivamente, tal

¹⁰ Mais adiante, completa: “*Digamos apenas que, durante todo o século XIX a história da tribo tsonga é principalmente a da invasão e das imigrações dos conquistadores zulus, que tendo-se separado de Chaka reduziram à escravidão, em seu proveito próprio, os pobres Ama-Tsongas da costa, como Muzilikazi fez aos Maxonas. Estes Ngonis, dirigidos por Manikuse, encontraram todos os clãs tsongas vivendo à antiga maneira bantu, cada um por si, sem unidade nacional.*” (JUNOD, 1996 [1927]: I, 47)

¹¹ Para o tema em questão, interessam muito os capítulos 11 e 12 do seu livro *Historia de Moçambique*, traduzido para o português e publicado em 1997.

¹² Rita-Ferreira, António: *Presença Luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (até c. 1900)*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, «Estudos, Ensaios e Documentos», n.º 139, 1982. Em especial, salientamos as capítulos VII a XII.

designação começar a ser usada de maneira sistemática só a partir do século XX, sendo instaurada pelo próprio missionário suíço em 1913, com a publicação da sua importante etnografia¹³. Dezesesseis anos depois dos portugueses terem acabado com a última resistência significativa na região sul, após Ngungunyane, liderada por Magigwane Khosa, em 1897¹⁴.

Anterior a esta definição encontram-se outras menos elaboradas, porém bastante significativas, pois expressam muito mais a maneira como os portugueses viam e classificavam as populações a partir do tipo de relação que estabeleciam com elas. Devido a isso, boa parte da bibliografia que se baseia nas crônicas de administradores e comerciantes, prefira, em especial, usar os termos *Landins* e *Vátuas*. Antes, durante e posterior à ocupação efetiva dos portugueses no sul, *Landins* serviu como expressão indiferenciada para denotar as populações que circundavam as “terras da coroa”¹⁵, nomeadamente Lourenço Marques (atual Maputo) e Inhambane, e com os quais os portugueses tinham relações comerciais e, em alguns casos, de alianças para defesa e proteção.

¹³ Esta etnografia foi publicada pela primeira vez em 1912/13 na língua inglesa e foi traduzida para o português em 1917 pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Outra versão foi traduzida e corrigida para o francês em 1936, que teve também uma tradução portuguesa em 1944, a qual foi reeditada em 1974, é desta versão, reeditada em 1996, as referências escolhidas para este texto. Vide o prefácio em Junod, Henri: *Uso e Costumes dos Bantus*, Tomo I, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1996, pág. 17

¹⁴ Para conhecer este personagem histórico e sua particularidade na reconstrução da história de resistência, prévia à própria libertação de Moçambique, vide especialmente Nhacale, Orlando João e Maluana, Saúte Castigo: *Magigwane e Mbuyiseni. Alguns subsídios para a reinterpretação da Historiografia de Resistência Colonial do Estado de Gaza*. Coleção Embondeiro, ARPAC, Maputo, 1997.

¹⁵ A designação “Terras da Coroa” deve-se ao pequenos enclaves de domínio português, claramente delimitados, que costumeiramente foram denominados de “Prazos”. Neles, as relações de vassalagem dos nativos para com a Coroa eram sempre em troca de proteção contra outros grupos inimigos. Assim, temos uma referência de 1834 que definia esses enclaves em torno do rio Zambeze da seguinte forma: “*ao Norte fica-lhe o districto de Quelimane, e o que occupão os Cafres Bororos até vesinhar com a Serra Morombala, de donde vai seguindo até ás fraldas das montanhas de Lupata, sendo-lhe limite as aguas do Zambeze. As terras que ficam ao norte delias pertencem aos Regulos Maraves. Desde a embocadura deste Rio por toda a Cordilheira dos montes de Lupata, até quasi entestar com Chicova, jazem as terras da Coroa Portuguesa estendidas por huma, e outra parte do Rio, divididas quasi todas em Prazos, com os mesmos erros, e vicios que ha nos de Sofala.*” Botelho, Sebastião Xavier: *Para servir de Introduçao a Memoria Estatística sobre os domínios portugueses na Africa Oriental*. Imprensa Nacional, Lisboa 1834. pág. 38. “*Em 1750, Quelimane (no litoral), Senna e Tete (no interior e margeando o rio Zambeze) formavam as capitancias das Terras da Coroa*”. Wagner, Ana Paula: “*A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique*”. História Unisinos 11(1), Janeiro/Abril 2007, pág. 81. Para o caso do sul, eram em maior número as feitorias fortificadas, como era o caso de Lourenço Marques e Inhambane, também enclaves reduzidos de domínio e controle português. Exemplos para dimensionar o nível de fragilidade e relativo controle das terras ocupadas pelos portugueses antes da ocupação efetiva, temos: “*Lourenço Marques estava implantada em território Tsonga ou Tonga, sendo os regulados mais importantes da zona: Mafumo, Tembe, Maotas, Magaia e Matola. Todos estes régulos eram vassallos de Portugal e pagavam tributo. Como se vê, o régulo Maputo não fazia parte deste grupo, que constituía as chamadas Terras da Coroa.*” Fernandes, Jorge Luís P. em República de Moçambique: as alterações toponímicas e os carimbos dos correios. Editora Humús, pág. 236. Para o caso de Inhambane, Newitt explicava que “*Ao contrário do que sucedera em Quirimba, em Sofala e nos assentamentos do Zambeze, os portugueses de Inhambane não incentivaram o estabelecimento de terras de Coroa ou de prazos, daí que não tivessem que lidar com uma classe de 'mediadores' composta de chefes afro-portugueses, ao mesmo tempo que tudo leva a crer não existirem ali quaisquer chefias africanas de importância...*” Newitt, Malyn. Op. Cit. Pág. 154

Segundo Rita-Ferreira: *Nesse primeiro quartel do século XVIII já se havia familiarizado o termo 'landins' para englobar todos os elementos integrados nessas culturas que consideramos distinta e localmente formada*” (RITA-FERREIRA, 1982). *Expressão que agirá como contraparte de uma outra, construída após da chegada dos Nguni, no início do século XIX. A expressão Vátuas definia expressamente os invasores Nguni e suas hostes de Landins “assimilados”. Muito embora, como veremos, o termo “Tsonga” já existisse como derivação da definição Nguni para as populações conquistadas ao leste dos seus territórios, durante o Mfecane. Conseqüentemente o termo “Tsonga”, “Thonga”, “Tonga”, seria um termo relativamente contemporâneo, cujo uso mais regular remontar-se-ia quase exclusivamente ao período posterior a entrada dos Nguni nas atuais regiões que conformam as províncias do sul de moçambique.*

No *Dicionário Gramatical Tsonga*, escrito pelo padre Vincentino Armando Ribeiro, e publicado em 2010, o verbete dedicado ao termo Thonga coincide em localizar sua origem a partir da presença dos Zulus na região. *“Ithonga = pl. Amathonga = vassalo, membro de uma tribo submetida”* (RIBEIRO, 2010: 232). Ao mesmo tempo, o padre esclarece que:

Dado isto, é muito provável que Thonga não seja mais que a pronúncia zulu de ronga (os Zulus desconhecem a “r”) e depois, por um jogo de palavras, viesse a significar vassalo, povo submetido. Ronga, Dzonga e Tsonga parecem variações da mesma palavra e são muito anteriores à invasão angoni (RIBEIRO, idem, ibidem).

Patrick Harries, por sua vez, procurando a origem do termo propõe duas hipóteses:

The first is that a phonetic soundshift caused the Tsonga word /ronga/, which denotes 'easterners', to be pronounced /tonga/ in Zulu. The second is that the original inhabitants of the East Coast were called 'Tonga' before waves of Bantu-speaking immigrants entered the area some time before the sixteenth century. (HARRIES, 1989: 85).

Entre 1818 e 1840, e posteriormente, esta adscrição classificatória ocupará um lugar importante na designação e diferenciação das populações incorporadas ao reino de Gaza.

Que importância tem reconhecer estas imprecisões etno e historiográficas para o tema em questão? Precisamente que estas adscrições totalizadoras das diversas formações existentes sob o rotulo de “Tsongas”, *Landins* e *Vátuas* são concomitantes ao período no qual o comércio, especialmente o de marfim e escravos, as guerras de ocupação territoriais e os sistemas tributários começam a desenhar os universos de alianças e conflitos entre os diferentes grupos na região. “Tsonga”, neste contexto, deixaria de significar apenas pessoas do leste, para assumir outras conotações de ordem social e política, sob a figura do escravo cativo ou súdito a pagar tributos em troca de proteção, mas também assimilado e incorporado ao universo cultural dos invasores.

Daí parece compreensível que as populações assim denominadas não gostassem de ser rotuladas desta maneira¹⁶. Como já dizia, historicamente esta expressão foi usada de maneira pejorativa pelos invasores Nguni, e indicava uma condição social subordinada (escravo para o comércio, vassalo com obrigações tributárias) ao processo de hierarquização social que se viveu no período em que a escravidão doméstica também desenhava as relações de poder e alianças na região. Dois aspectos devem ser precisados. O primeiro diz respeito, a tendência, não apenas dos missionários suíços, mas também da historiografia europeia posterior, de querer ordenar o mundo africano à própria imagem, daí entender o uso indiferenciado de conceitos como clãs, tribos e reinos, mas também a tendência deliberada em construir uma identidade histórica imprecisa - "Tsonga" - sob um ideário nacional. O segundo, e talvez mais relevante para esta análise, seria o que diz respeito à relação que pretendo estabelecer entre identidade étnica e condição social, sobretudo, se é pensada dentro da instituição econômica que dominou sistematicamente toda a primeira e parte da segunda metade do século XIX em Moçambique: a Escravidão¹⁷. Neste sentido, se torna indispensável contextualizar esta instituição e assim evitar abstrações que podem derivar em maus entendidos desnecessários.

Comércio de escravos e escravidão doméstica: duas práticas imbricadas na produção de estatutos e identidades

Na historiografia específica sobre Moçambique, que trata do período em questão, parecem prevalecer dois aspectos que de alguma maneira a caracterizam. O primeiro é o fato desta literatura localizar o comércio sistemático e a grande escala de escravos nas regiões ao norte do rio Save, especificamente a partir das margens do rio Zambeze, em desmedro do sul, colocando a Quelimane e as ilhas do norte como os centros de tráfico e comércio, por excelência, elaborando ainda uma cronologia linear dos acontecimentos em torno deste mercado. Dessa maneira o sul aparecerá apenas marginalmente no final do século XIX (ALPERS; 1967; DAVIDSON: 1978; NEWITT:

¹⁶ São muitos os trabalhos nos quais esta referência é tratada, embora de maneira marginal. Alguns exemplos encontram-se em: Junoh, Henri. 1996: 35 e 47. Harries, Patrick. 1981: 319. Nhacale, Orlando João, 1997: 12 – 13.

¹⁷ Em torno da literatura sobre escravidão em Moçambique, salientamos especialmente: Botelho, Sebastião Xavier: *Escravidão: benefícios que podem provir às nossas possessões d'Africa da proibição daquelle trafico: projecto de huma companhia commercial que promova e fomenta a cultura e civilização daquelles dominios: obra posthuma offerecida ao Corpo do Commercio Portugues*. Editor Typ. de J. B. Morando, 1840. Capela, José: *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique 1733-1904*. Afrontamento, Porto, 2002. Medeiros, Eduardo: *As Etapas da Escravidão no Norte De Moçambique*. AHM Estudos, Maputo, 1988. Capela, José & Eduardo Medeiros: *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. UEM, Maputo, 1987. Capela, José, *Escravidão. A Empresa do Saque. Abolicionismo (1810-1875)*. Afrontamento, Porto, 1974.

1973), quando aparentemente o comércio de escravos começa “a declinar”, deixando de “ser lucrativo”. O segundo aspecto, é que quase toda a produção historiográfica presta maior atenção aos aspectos quantitativos e aos excedentes do comércio de escravos para os comerciantes e, em consequência, para a Coroa, do que às implicações diretas nas populações afetadas por esta instituição.

Em relação ao primeiro aspecto, esta constatação talvez esteja relacionada, sobretudo, às fontes encontradas pelos próprios historiadores. Contudo, é possível achar alguns historiadores cujos esforços apontariam a incluir ao sul neste lucrativo negócio. No artigo publicado por Patrick Harries, em 1981, ele chamava a atenção para:

The notion that neither export nor domestic slavery was practiced by Nguni-speakers in the area of the Limpopo has been reinforced by Portuguese historians and colonial officials. Misleading statements aimed at covering up Portugal's participation in, and powerlessness before, the slave trade have been included uncritically in secondary material to give the impression that the Gaza kings actively prohibited the export slave trade. (Harries, 1981: 310)

Eduardo Medeiros (1987), por sua vez, indicava que “*os anos trinta e quarenta assinalam uma enorme participação, directa e indirecta, dos governadores, no negócio de escravos e o aparecimento em toda parte, de pagaios árabes*” (MEDEIROS & CAPELA, 1987: 39).

Se levarmos em conta que as fricções na relação entre Portugal e Inglaterra, estas vastamente documentadas¹⁸, em relação à ocupação efetiva dos territórios da África austral, principalmente pelas pressões exercidas pela Inglaterra contra o tráfico escravista¹⁹, em meados do início do século XIX, parece plausível que tanto os cronistas, quanto os administradores e oficiais coloniais tenham encoberto o fato de que a região sul e, especificamente, os portos de Inhambane e Lourenço Marques (hoje Maputo), tenham se tornado importantes pontos de comércio de escravos já a partir

¹⁸ Entre outros, Luis Alberto Covane em *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul : 1850-1964: acordos e regulamentos principais*. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1989; Filomena Maria Gomes de Oliveira em *A abolição do tráfico de escravos nas relações diplomáticas Portugal-Inglaterra: 1810-1851*. Universidade de Lisboa, 1996; Camacho, Brito: *Política Colonial*, em Cadernos Coloniais nº 26. Editorial Cosmos 1936. Warhurst, Philip R.: *Anglo-Portuguese Relation in South-Central África, 1890-1900*, Londres, 1962. Axelson, Eric: *Portugal and the Scramble for África, 1875-1891*, Joanesburgo, 1967.

¹⁹ Em 1807, a Inglaterra proíbe o tráfico de escravos através do Slave Trade Act, em Março de 1807. É importante frisar aqui que isso não significou o fim da escravidão, muito menos do tráfico de escravos no Índico. Em 1817 Portugal assinou um tratado com a Inglaterra para limitar este comércio para as zonas subequatoriais; mas também o sistema de *trabalho engagé*, organizado pelos franceses para as suas possessões ilhargas no Índico (Mascarenhas, Reunião), serviu para incrementar, sob a imagem de “trabalho assalariado”, a continuidade deste comércio. Entre 1800 e 1854 teriam sido enviados mais de 200 mil escravos para as plantações dessas ilhas. Vide, especialmente, Capela, José & Eduardo Medeiros, op. cit., 1987, págs. 31–70.

de 1815²⁰. Outro antecedente importante seria o fato de que esses mesmos sujeitos estariam envolvidos nos lucros que tal comércio representava. Valdemir Zamparoni (1998), na sua tese doutoral, advertia:

Como Portugal reivindicava, mas não exercia de facto suserania sobre o Estado de Gaza, procurava, de sua parte, esconder o tráfico existente dos olhos da cobiça imperialista britânica, além disso, a natureza clandestina de tal tráfico, oriundo de Lourenço Marques e Inhambane, evitou deixar registros precisos de tais operações, em nada numericamente desprezíveis. (ZAMPARONI, 1998: 15)

José Capela (2007) também se referia a esta prática entre os funcionários da coroa:

Iniciados em finais do século XIX, constam como principais em um tipo de negociantes de escravos que classificaríamos como o *self made slave dealer*: isto é, aquele que, de alguma maneira, já instalado na praça, atento às novas oportunidades de negócio que surgem, as aproveita com sucesso. Foi o caso dos afortunados negreiros, os primeiros em Moçambique, Joaquim do Rosário Monteiro e João da Silva Guedes, funcionários da Alfândega que, em contacto directo com armadores, portanto com negreiros, entraram no negócio sem abandonarem as funções aduaneiras. (CAPELA, 2007: 12)

Em relação ao segundo aspecto, o problema se torna um pouco mais complexo, pois nos obriga a tematizar a relação entre a figura do escravo como objeto de comércio mercantil e a do escravo como sujeito inserido em uma estrutura e forma de reprodução social específica: a escravidão doméstica. A literatura em torno desse debate é copiosa²¹, e entrar em uma análise dos diferentes critérios significaria nos afastar do objeto de interesse desta reflexão. Neste sentido, preferiria colocar em caráter de hipótese o fato de que esta tendência a quantificar e privilegiar os aspectos materiais e jurídicos da escravidão, contribuiu, voluntária ou involuntariamente, para o descuido e menor preocupação em relação aos impactos sociais e políticos desta instituição na população atingida no sul de Moçambique. É precisamente nesta direção que esta reflexão deseja apontar, qual seja, para entender os critérios classificatórios e os processos estatutários como antecedentes de uma identidade moçambicana em termos “modernos”, se torna imprescindível revisar a relação entre o enquadramento que os sujeitos sofreram durante todo o período pautado pelo comércio de escravos e as formas de diferenciação social, política e econômica oriundas da escravidão doméstica, pois será este sistema de estratificação social e de relações hierárquicas que

²⁰ Segundo Harries, “During the 1820s, at least two reports refer to slavery as being 'the dominant form of Commerce' at Lourenço Marques, and by early 1850s Inhambane was thought to be the third most important slave port on the east coast of Africa. (HARRIES, 1981: 315).

²¹ Entre algumas, as mais significativas vide: Moulher-boutang, Yann: *De la esclavitud al trabajo asalariado: economía histórica del trabajo asalariado embridado*. Ediciones AKAL, Madrid, 2006; Melliassoux, Claude: *Antropologia da Escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1995. Miers Suzanne, Kopytoff Igor: *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Univ of Wisconsin Press, Madison, 1977; Melliassoux, Claude: *Mulheres, celeiros & capital*. Editora Afrontamento, Porto, 1977.

os portugueses irão encontrara e assumir para desenhar e organizar sua administração, depois de ocupar efetivamente o território. É dentro deste enquadramento, no sentido de criar sujeitos (principalmente mulheres) propensos a se tornar, seja pelo motivo que for, em objeto de cativo e troca, que vão se reproduzir e modificar os universos de relações durante o período da dominação portuguesa. Este parece ser um antecedente obliterado nas interpretações históricas em torno do processo de construção nacional. Antecedente extremamente sensível e importante, pois é a partir da contextualização destas dinâmicas que, acredito, as mudanças dentro da estrutura social e, por conseguinte, a complexidade das relações de alteridade construídas entre um e outro grupo e em face à instituição entendida como Estado, poderiam ser reconhecidas de melhor maneira.

Nguni, Tsonga e Chope: Estratificando as diferenças

Nesta parte debruçaremos sobre uma série de aspectos que, na minha opinião, são relevantes na medida que estariam vinculados de maneira particular com as questões colocadas anteriormente. Neste sentido, o teor da reflexão girará em torno dos processos de transformação e articulação da economia doméstica “pré-capitalista” para formas mais complexificadas de relações de intercâmbio e produção. Contudo, tentaremos refletir sobre esse percurso, da chamada “sociedade tribal” de “economia de subsistência”²², para uma sociedade moderna dentro dos modos e padrões de acumulação capitalista, com a finalidade de contextualizar historicamente e descrever a maneira como esses processos de transformação econômica foram delineando e, por vezes, reforçando formas de percepção e diferenciação social entre os diversos grupos existentes na região. Para exemplificar melhor o que é preciso ser dito aqui, privilegiarei a reflexão em torno da economia doméstica²³, a qual sofreu significativas modificações dentro da estrutura social no sul de Moçambique, a partir da chegada dos Nguni, oriundos da Zululândia, transformando a escravidão doméstica de uma prática habitual nos “reinos” existentes na região para uma forma concentrada e

²² Porém, consideramos esta definição um tanto ultrapassada para o contexto ao qual estamos nos referindo. Neste sentido, optamos por assumir a conclusão elaborada por Godelier de que “*Parece impor-se a conclusão de que o conceito de 'economia de subsistência' ou de 'auto-subsistência', frequentemente utilizado para caracterizar as economias primitivas deverá ser rejeitado, uma vez que mascara o facto de que tais economias não se limitam à produção de bens de subsistência, mas produzem também um 'excedente' destinado ao funcionamento das estruturas sociais (parentesco, religião, etc). Por outro lado, aquela designação dissimula de igual modo a existência das numerosas formas de troca que acompanham este funcionamento*”. Godelier, Maurice: *Sobre as sociedades pré-capitalistas*. Vol. 1, Seara nova, Lisboa, 1976, pág 117.

²³ Segundo Claude Meillassoux, “*A comunidade doméstica é com efeito o único sistema económico e social que rege a reprodução física dos indivíduos, a reprodução dos produtores e a reprodução social sob todas as suas formas por um conjunto de instituições, e que a domina pela mobilização ordenada dos meios da reprodução humana, isto é, as mulheres*”. (1977: 7)

monopólica, em grande escala, a qual se desenvolveria, concomitantemente, pelo impulso gravitante que o comércio ultramarino de escravos infringirá na região. Este último atuando, por vezes, como processo estruturante da forma doméstica de escravidão, e talvez por isso, esta variante doméstica tenha sido negligenciada em trabalhos, tanto historiográficos quanto antropológicos²⁴. Porém, insisto em esclarecer que este trabalho não pretende resolver tal questão, mas sim introduzir algumas reflexões pertinentes em torno deste momento histórico específico, que acredito, são significativas para entender os problemas que atingem o processo de construção nacional moçambicano, e que por diversos motivos foram relegados à periferia do debate.

Desta maneira, talvez começar questionando um antagonismo, hoje mais romântico do que dialético, entre as sociedades onde predomina a “economia de subsistência”, como se costuma enquadrar as sociedades “pré-coloniais” e coloniais, e a sociedade moderna capitalista, a qual pressupõe uma “comunidade de interesses comuns” definida sob um corpo de leis convencionadas socialmente na figura do Estado. Em primeiro lugar, porque esta segunda configuração supõe ademais a existência e configuração de uma memória coletiva compartilhada, para além de tradições e emblemas comuns²⁵. Voltando a H. A. Junod, este surpreendia-se com a capacidade de memória dos nativos da “tribo Tsonga”, e não compreendia porquê então eles “cultivavam tão poucas tradições” e porquê aquelas que sim eram praticadas se remontavam apenas aos últimos cem anos²⁶. Curiosamente, Webster (2009 [1976]), na sua etnografia sobre os Chopes, surpreendia-se também que estes não tivessem uma “memória genealógica senão até a terceira geração”. Não

²⁴ Devemos salientar que este comércio ultramarino foi considerado lucrativo pelos Nguni só até os preços da venda dos escravos começarem a baixar. Uma vez que este comércio decaiu, escravos foram substituídos pelo marfim. Segundo Patrick Harries: “*Domestic forms of slavery probably existed in Gazaland before the 1860s but they were hidden by the export of male slaves and the ease with which women and children were incorporated into the kin group*” (HARRIES, 1981: 318). Por sua parte, Rita-Ferreira ao descrever o tipo de instituição existente entre os grupos habitantes da região sul antes da chegada dos Nguni, assinala que, “*A partir de meados do século XVIII o crescente aumento de tráfego comercial com o exterior provocou importantes transformações sociais, políticas e económicas. A ele se deve a introdução de armas de fogo, a caça intensiva de elefantes para obtenção de marfim e as lutas inter-tribais para captura de escravos destinados à exportação. Desenvolveram-se unidades políticas fortemente centralizadas e dominadas por chefes poderosos que viviam fundamentalmente do monopólio do comércio externo e da venda de escravos. Contudo, esta transformação ainda é mal conhecida*” (RITA-FERREIRA 1975: 69)

²⁵ O problema da memória coletiva como sustento de uma história nacional, ainda é um assunto que até os dias de hoje gera uma série de tensões no contexto moçambicano, pois o desenvolvimento histórico do país tem revelado a existência de muitas memórias conflitantes num mesmo espaço. Neste sentido o que hoje existe é mais do que uma memória coletiva, uma arena política que abre um espaço de disputa pela ressignificação e pelo sentido da história nacional.

²⁶ Junod também concluiu que a forma específica de organização política dos grupos bantu era composta por “clãs” constituídos por famílias estendidas em torno de um chefe hereditário, e que aí radicaria a sua vida nacional. “*Nesta pequena comunidade o chefe é o centro da vida nacional. É nele que o clã se torna consciente da sua unidade. Sem ele, perde o seu significado; perde de qualquer modo seu cérebro. A concepção republicana está o mais afastada das ideias e dos instintos destes povos*”. (JUNOD 1996 [1974]: 335).

encontrando uma resposta satisfatória, propõe então duas hipóteses:

A primeira é de ordem histórica. No século XIX, o Sudeste de Moçambique foi devastado pelas incursões angones, que dividiram regulados e dispersaram as famílias. Poderia argumentar-se que o presente fenómeno é um resultado destes acontecimentos, como as linhagens truncadas parecem demonstrar. A segunda é que o sistema social dos chopes é relativamente pouco profundo e sempre foi assim, e que o sistema de aliança, as normas de sucessão, etc., reflectem isto mesmo. Na verdade, o sistema social parece ser razoavelmente consistente e coerente no seu todo. (WEBSTER, 2009 [1976]: 156)

Um aspecto comum que chama a atenção nestes dois momentos, logo de início, é o fato de que estas duas importantíssimas etnografias foram redigidas no século XX (1913 [1974] e 1976 [2009], respectivamente), em ambas, a memória em torno da invasão e dominação do território feita pelos Nguni, por mais de oito décadas, é assumida pelos dois autores como um processo consumado nas comunidades estudadas, e assim também não há menção significativa sobre o sistema de escravidão (principalmente na sua forma doméstica, nem falar do comercio) que atingiu estas populações durante sua dominação, e que, se não determinou, pelo menos condicionou o processo de diferenciação e estratificação social durante todo o século XIX²⁷.

Contudo, este aspecto justifica sua importância, também, se pensarmos seus antecedentes na enorme diversidade de povos e comunidades espalhados pela região, todos eles entrelaçados, seja por vínculos comerciais, por conflito e/ou alianças, seja também pela enorme mobilidade dos grupos "clânicos", provocada por catástrofes naturais, guerras ou até por suspeita de feitiçaria (JUNOD, 1996: 328). Toda esta diversidade está referenciada em uma enorme quantidade de fontes históricas, confeccionadas por militares, comerciantes e administradores coloniais²⁸, fontes que por sua vez, reproduzem as formas classificatórias oriundas da maneira como os grupos se designavam os uns aos outros²⁹. Neste contexto, reconhecemos um certo ahistoricismo na própria construção das

²⁷ Talvez, uma das razões principais para estas ausências, seja que ambas etnografias, separadas por quase cinquenta anos entre uma e outra, foram redigidas durante o período onde a migração para as minas do Transvaal constituíam o fenómeno económico institucionalizado para a região, pois é precisamente este fenómeno que aparece inúmeras vezes mencionado em cada uma delas.

²⁸ Entre alguns, destacamos aqui o oficial militar português Caldas Xavier, Alfredo Augusto: *Reconhecimento do Limpopo*. Impr. Nacional, Lisboa 1894. *Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatorios da Comissao de limitação de fronteira de Lourenço Marques*, Imprensa Nacional, 1894. Digitalizado na Universidad de Harvard 2008. O caçador de elefantes Neves, Diocleciano Fernandes das: *Das terras do império vátua às praças da República Boer: Itinerario de uma viagem a à caça dos elefantes* [1878], Publicações Dom Quixote, Lisboa 1987. O oficial monarquista D'ornellas, Ayres: *Raças e línguas Indigenas em Moçambique*. Memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional, Lisboa 1901.

²⁹ Exemplos disto encontram-se em muitas das fontes consultadas, aqui colocamos apenas uma referência surgida no livro de Ayres D'Ornellas. Trabalho apresentado ao Congresso Colonial Nacional em 1875, no qual, ao se referir aos Nguni como vátuas, observa o seguinte: "Mú-tua -- bá-tua, o zulo ou os zulos em rongá-- donde nós fizemos vátuas. Vimos anteriormente que no primitivo bantu. batua era a designação de bushman. Ora a invasão vinha da regioa que estes habitavam, e os invasores tinham na sua lingua o estalido que caracterisava a delles. Talvez estas fossem

entidades étnicas em cada etnografia. Por um lado, Junod consegue elaborar uma entidade homogênea sobre a ideia de “Tsonga”, precisamente onde os processos de estratificação social, produto do sistema político imposto pelos Nguni, condicionará os modos de representação e classificação entre umas populações e outras. Por outro, em Webster, o processo apresenta-se de maneira inversa, a especificidade da origem da “etnia” Chope se homogeneizaria ou se constituiria a partir das mesmas invasões, sobretudo no último período, durante o reinado de Gungunhana, quando este muda seu centro de poder para Manjacaze, nas margens do rio Limpopo, zona vizinha às terras originariamente Chopes³⁰.

Seguindo a linha de pensamento de Webster, e levando em conta que o domínio e influência Nguni se estendeu “entre a baía de Maputo e o rio Zambeze” (SERRA, 2000:89), poderíamos supor que no caso dos chamados “Tsongas” teria acontecido o mesmo processo de homogeneização em torno de apenas uma etnia. Porém, os chamados “Tsongas” na atualidade, conformam quatro grupos diferenciados, social e espacialmente, são eles: Ronga, Changana, Tshwa e (Bi)tonga. Neste sentido, parece indispensável refletir em torno da forma como a origem de cada um destes grupos é representada, antes de tudo, entender também que esta origem, muitas vezes, não está isenta de ambigüidades dificilmente contornáveis, sobretudo se concluímos que a percepção de uns e de outros é consequência do próprio processo de construção de uma suposta origem comum, processo no qual a circulação e o comércio, do lado econômico, e a estratificação das diferenças, do lado político, atuaram como catalizadores dos mecanismos de inclusão e exclusão social da região, impactando assim as relações entre uns e outros, durante todo o século XIX.

as razões de receberem o mesmo nome”. (D'ORNELLAS, 1901: 36, note de rodapé 3). E continuava seu relato: “Se muitas tribus vatuaisadas conservam a tatuagem do peito e corpo, a da cara desapareceu sendo substituída pelo distintivo dos zulus, o furar o lobulo da orelha. Para se parecerem com os senhores da terra e não merecerem o termo desprezível de matonga, os vassallos, foram praticando essas largas aberturas tão pouco estheticas no parte inferior do pavilhão auricular”. (D'ORNELLAS, 1901: 37)

³⁰ “Há duas versões da história: a primeira, contada pelos próprios chopos, diz-nos que os angones, quando combateram este povo pela primeira vez, ficaram surpreendidos pelas armas com que os adversários lutavam – o arco e a flecha (contrastando com as armas angones, como escudos, lanças e knobkerries). Os angones deram por isso aos arqueiros o nome de “vaChopi” (de kuchopa, que H.P. Junod traduz como “os lançadores do arco”). A segunda versão (e a mais verosímil) é fornecida por H. A. Junod em *The Life of a South African Tribe*, onde traduz vaChopi como “os que são trespassados pelas armas”, o que é uma tradução bastante livre. Explica depois esta designação dizendo que se devia ao facto de “a sua terra ser o terreno de caça favorito de Gungunhana”. Ambas as versões são conceivelmente correctas, mas pouco importa qual é a explicação verdadeira. O que é importante reter é que o nome surgiu em resultado do conflito com um grupo externo e não é uma designação escolhida por uma nação com consciência de si mesma”. (WEBSTER 2009 [1976]: 47) Rita-Ferreira escreve em 1975: “Os Chopos foram, durante muito tempo, conhecidos por mindongues. Segundo Junod (filho) o verbo ku-txopa, «atirar setas», é de origem tsonga, não se encontrando mencionado nos dicionários da língua zulu. É, pois, de aceitar que o termo Mu-chope (pl. Va-chope) tenha sido aplicado pelos guerreiros tsongas incorporados nos regimentos vangunes”. (RITA-FERREIRA 1975: 30).

A seguir, sumário as diferenças que considero mais relevantes, uma vez que não é objetivo deste texto apresentar uma descrição pormenorizada. Assim sendo, parece ser que Rongas e (Bi)tongas, da mesma maneira que os Chopes³¹, mantiveram uma relativa autonomia em relação ao sistema de dominação Nguni, mas também foram se constituindo através dos conflitos provocados por esta relação de (não)submissão. Porém, é necessário precisar aqui que Rongas e (Bi)tongas diferenciavam-se pelas suas relações intermitentes com os postos administrativos portugueses em Lourenço Marques e Inhambane, respectivamente. Neste sentido, tanto Rongas quanto (Bi)tongas, precisam ser pensados diferenciadamente, cada um ocupando uma fração de território e denominando-se assim como os “donos da terra”, delimitando também o âmbito de influência e ocupação dos próprios portugueses. Para o caso dos Rongas, estes:

mantiveram contactos com europeus desde o início da frequência da Baía do Espírito Santo. Trocavam marfim, ambar, etc. por produtos manufacturados, sobretudo tecidos, miçangas, ferro e anilhas de latão. A adopção de armas de fogo permitiu-lhes lançar-se em grande escala na caça aos elefantes que abundavam na região. Além disso, organizaram grandes expedições mercantis ao interior. Esta posição privilegiada facilitou o enriquecimento de chefes tribais como o Tembe, o Nyaka e mais tarde o Maputo. (RITA-FERREIRA, 1975: 27).

Outra referência para descrever o tipo de relação estabelecida entre Rongas e portugueses, é colocada por Fernandes (2006):

Lourenço Marques estava implantada em território Tsonga ou Tonga, sendo os regulados mais importantes da zona: Mafumo, Tembe, Maotas, Magaia e Matola. Todos estes régulos eram vassallos de Portugal e pagavam tributo. Como se vê, o régulo Maputo, não fazia parte deste grupo, que constituía as chamadas Terras da Coroa. (FERNANDES, 2006: 236).

Para o caso dos (Bi)tongas, Webster os descrevia da seguinte forma:

Os tongas de Inhambane são geralmente mais ocidentalizados do que os chopes, sem dúvida porque se agrupam em torno do porto de Inhambane e mantiveram contactos com os Árabes, primeiro, e depois com os portugueses, durante vários séculos (o contacto com os portugueses começou em 1498). (WEBSTER, 2009: 38).

Finalmente, Rita-Ferreira descrevia esta população nos seguintes termos:

As fontes portuguesas, conjugadas com outros factores, inclinam-nos a aceitar que, durante os Séc. XVI e XVII os pequenos produtores e intermediários bitongas hajam comerciado directamente com os navios do resgate, proveniente da Ilha de Moçambique, que se demoravam largos meses na baía de Inhambane [...] Sabe-se que a marinhagem de Diu e Damão [...] se dedicava a negocios furtivos e chegava a constituir família, dando origem a uma população miscigenada que, sem dúvida, também se lançou na actividade comercial por conta própria. (RITA-FERREIRA, 1982: 213).

³¹ Ayres de D'Ornellas considerava os Chopes como o grupo mais primitivo da região: “São os mindongues ou mu'chope. A sua tatuagem, na cara, peito e ventre, limar dos dentes incisivos, o pintarem-se de barro vermelho, o uso do arco e da setta, são caracteres ainda primitivos. De todas as raças do districto d'Inhambane, diz Caldas Xavier, é a mais selvagem nos seus usos e costumes”. (D'ORNELLAS, 1901: 41).

Os próprios portugueses diferenciavam esses grupos de Rongas, (Bi)tongas e Chopes. D'Ornellas diferenciava esses grupos assumindo, ao que parece, tanto as definições oriundas do sistema classificatório dos próprios grupos, mas também impondo uma perspectiva racista branca, justificando sua subjugação:

O matonga fugidiço, medroso, acanhado de estatura, miúdo de feitio está em oposição completa com o angune ou o landim, robusto e direito, com perfeita harmonia de movimentos com a elegancia no andar, com o arreganho e a pamporria de toda a sua attitude, de todo o seu feitio [...] E nada é mais diferente do que o negro que vemos espojado no sombreiro da povoação ou acorçado em volta da fogueira em ameno palmatorio, do que esse mesmo negro emplumado e armado em guerra. As paixões, porém, se são selvagens e violentas, se rompem de repente, também depressa amortecem e desaparecem, e todos nós que combatemos em Africa sabemos bem o que significa a expressão: preto está cansado de guerra. A persistencia no esforço não é o seu forte. São mesmo incapazes d'essa persistencia e em qualquer esforço, e isso explica mais do que tudo a sua incapacidade como raça, para uma civilização superior. (D'ORNELLAS 1901: 45).

Para o caso dos Changana e Tshwa, seriam duas expressões que nascem produto do tipo de intervenção que os Nguni tiveram nas terras ao sul do rio Save. Os Changana derivam seu nome da pouca resistência que prestaram aos invasores, especificamente a Sochangane/Manikusse, criador do Estado de Gaza, e que dominou a região por mais de trinta anos. Em muitos casos, os homens destas populações dominadas conformaram o corpo guerreiro dos exércitos Nguni. Do mesmo modo, (Va)Tshwa é um termo que os portugueses usaram para definir grupos ou populações que assimilaram as formas sociais e culturais dos Nguni. Junod definiu o termo Tshwa da seguinte forma:

Este nome de Tshwa é a forma nhlengwe pela qual os Zulu eram geralmente designados entre os Tsongas. Corresponde, sem dúvida, a Rhua, nome que os Suthus das planicies de Zoutpansberg davam habitualmente às tribos das montanhas, de onde vem o vento chamado burrua. Como se sabe, os Rhua são simplesmente bosquímanos, mas este nome servia para designar igualmente Bantu dum tipo inteiramente diferente [...] A designação Ngoni applica-se aos Zulu, assim como a de Tshwa, mas era reservada ao clã zulu cujo chefe era o Manukuse. (JUNOD, 1996, I: 37).

Como se dizia anteriormente, esta expressão será aportuguesada tornando-se Vátua, e servirá para definir todas as populações que foram submetidas à vassalagem pelos Nguni. Patrick Harries propõe pensar que :

The *vaturalizados* entered into a tributary relationship which, while divesting them of part of the product of their labour, protected them from raiding and gave the access to the Gaza army and the redistributive economy controlled by the royal lineage. (HARRIES, 1981: 319).

Por outro lado, como já se mencionou, o termo Tsonga seria uma derivação da expressão

Nguni para as populações dominadas, mas não assimiladas, “Amatonga”:

These people were easily recognizable because of their non-Nguni language and material cultures, and were subject to extreme exploitation as *amatonga*, a pejorative term meaning slave or dog and implying a consequent rightlessness [...] The *amatongas* e Chopi were considered to be subhuman and, as such, a justifiable source of slave and tribute. (HARRIES, 1981: 319)

Para o caso específico dos Changanas, o próprio Junod caracterizava o grau de assimilação deste grupo dentro do universo Nguni:

os Tsonga tinham real aptidão para a guerra, incorporaram-nos nos seus próprios regimentos, costumando enviá-los ao ataque na vanguarda, como já referimos. Louvávamos chamando-lhes *Mabuyindlela* – os que preparam o caminho. E os Tsongas conservam desde então esta designação, tendo nela grande orgulho. (JUNOD, 1996 [1927]: I, 399).³²

Existem outras referências similares em torno deste processo de constituição da identidade Tsonga, é certo que poucas aprofundam no impacto de pouco mais de 80 anos de dominação Nguni na região, sobretudo, a partir do fato de que o chamado Reino de Gaza constituiu-se como um estado militar de ocupação que impôs uma hierarquia específica, sob um sistema de submissão e vassalagem, uniformizando, mas não homogeneizando, os já complexos vínculos entre as populações estabelecidas na região dominada por eles. É dentro desses sistemas que os diversos grupos serão incorporados de maneira inclusiva (Changana³³ e Tshwa) ou excludente (Ronga, (Bi)tonga e Chopes), dependendo da maneira como cada grupo foi definindo sua relação com o invasor.

Tributo, mobilidade e monetarização: Antecedentes das formas coloniais de

³² “Estes procederam depois com uma política de assimilação em que os tsonga podiam aprender a língua e os modos da aristocracia dominante nguni; deste modo os jovens provenientes de unidades políticas derrotadas, ocupadas ou submetidas que por norma tinham uma categoria inferior a estes, após prestarem leais serviços às famílias e aos regimentos e tivessem dado provas de valor em combate e de identificação com os ideais da cultura nguni ganhavam os mesmos direitos que eles; foi também assim que parte dos tsonga veio a ser assimilado pelos conquistadores, ganhando designações de amplitude étnica e regional como changanas de (Sochangana) e também Buiandlelas (os que abrem o caminho), dado aos recrutas tsonga que seguiam na vanguarda e que agüentavam os primeiros embates contra o inimigo enquanto os veteranos permaneciam de reserva, prontos a intervir”. (RITA-FERREIRA, 1982: 250)

³³ Rita-Ferreira nos proporciona um dado muito interessante em torno deste grupo: “Ainda durante o censo de população efectuado em 1950 nada menos que 65.000 habitantes do Bilene, 60.000 do Chibuto e 26.000 do Guijá se declararam Buiandlela”. (RITA-FERREIRA, 1982: ibidem)

exclusão

...vocês vieram para Africa por motivos errados e são culpados. Não vou falar da situação nas outras terras porque não sei nada sobre isso, mas posso falar sobre Gaza [...] Depois da captura de Ngungunhana oprimiram sistematicamente o povo, usando soldados angolanos, que andavam de casa em casa a obrigar as nossas mulheres a lavarem-lhes os pés. Depois indicaram alguns de nós, os donos da terra, para serem chefes ou régulos, enquanto os ngunis dispersavam-se e desapareciam. Isto é o que vocês os portugueses fizeram, mas também deixarão esta terra da mesma maneira como os ngunis fizeram...(GABRIEL MUKAVI, 1979)

Como se mencionou anteriormente, são muitas as fontes que descrevem um espaço repleto de complexas relações. Todas estas caracterizadas por migrações, guerras, alianças, etc. Entre os diversos grupos e seus respectivos chefes, todas elas anteriores à chegada dos Nguni. Luís António Covane (2001) questionava:

Antes da década de 1820, o vale do Limpopo era politicamente dominado por reinados independentes. Alguns destes reinados eram poderosos com efectivos militares e uma acumulação centralizada considerável. Seria incorrecto concluir que os ngunis trouxeram as estruturas de estado e a centralização só porque é difícil recuperar a história anterior. (COVANE, 2001: 73)

Neste contexto, as alianças, como ressalta Liesegang (1986), “*não significavam uma dependência permanente*” (LIESEGANG, 1986: 7). Essas alianças eram reguladas por um sistema de tributos e vassalagem que definia principalmente a propriedade da terra³⁴, ou seja, os chamados “donos da terra”. Sistema no qual o Nguni também se enquadrava. Ayres D'Ornellas, se referindo à maneira como os Nguni apropriavam-se das terras conquistadas, descrevia este sistema da seguinte forma:

tornava-se o conquistador proprietário de tudo quanto conquistava, inclusive, os habitantes do solo. Para os vatuas, os matongas não vaturalizados eram coisa sua, e tanto que pela morte de um deles, pagava o criminoso uma multa ao chefe vatua da região, como indemnização pela perda que este soffrera. A escravidão domestica não é, porém, considerada um mal pelos indigenas pois a sua sorte não é pior que a da mulher indigena em geral. O que caracteriza esse estado é a obrigação de trabalho por tempo indefinido e sem direito a indemnização algum; mas isto varia desde a escravidão até à simples dependencia do senhor, ou servidão. Muitas vezes ainda o servo é da propria família do senhor; assim eram para os chefes vatuas as mulheres de raça tonga. (D'ORNELLAS,

³⁴ Neste sentido, é necessário esclarecer que quando se fala da propriedade da terra estamos pensando, expressamente, naquilo manifestado por Sahlins, em 1974: “*Cualquiera sea la semejanza en la ideología de la «propiedad», los dos sistemas de propiedad operan de manera diferente, el uno (el cacicazgo) es un derecho a las cosas que se efectiviza a partir del sometimiento de las personas, el otro (el burgués), es un sometimiento de las personas que se efectiviza a partir del derecho a las cosas*”. (SAHLINS, 1974:109). Ou seja, para o caso específico, estamos falando do sistema de chefia (cacicazgo). Este aspecto é fundamental para compreender as relações de vassalagem e alianças no período e região aqui contemplados.

Concordando com Covane, parece um equívoco pensar que este sistema de tributo tenha sido instituído pelos Nguni, como alguns autores argumentam (conf. APARECIDA: 2007). Ao contrário, o domínio Nguni fortaleceu-se através desse sistema. Mas antes, cabe-nos perguntar como este "reino" conseguiu constituir-se como tal e dominar por mais de 80 anos; sobretudo se levarmos em conta que nos primeiros anos os grupos que seguiam aos líderes Nguni eram relativamente pequenos. Webster propõe que, diferente dos Chopes (e em consequência dos Tsonga), os Nguni tinham um princípio agnático bastante forte e linhagens profundas, além disso, possuíam um sistema regimental sustentado numa hierarquia geracional centralizada³⁵:

Se pudéssemos pegar nos modelos das sociedades zulus e chopos/tsongas do passado recente e transpô-los para algum tempo antes de 1820, uma comparação grosseira demonstraria que, enquanto que os zulus têm um princípio agnático forte e linhagens com uma profundidade de cerca de seis gerações, entre os chopos o agnatismo é fraco e as linhagens têm uma profundidade de três gerações. Para além disso, os zulus têm um sistema regimental e de classes de idade, juntamente com um sistema político centralizado, enquanto que entre os chopos não existe este tipo de instituições alargadas a toda a população. Assim, no caso de eclodir um conflito entre os dois grupos, seria de esperar que a maior capacidade organizativa dos zulus (através das suas instituições sociais) lhes desse uma vantagem sobre os chopos. (WEBSTER, 2009 [1976]: 48)

No entanto, ele mesmo questiona o fato de na atualidade (1976) uma enorme quantidade de pessoas, com orgulho, nomearem a si próprias como “changanas”. Esta situação pode ser explicada, talvez, levando em consideração outros aspectos:

Apesar do parentesco consanguíneo ter sido um elemento importante para a perpetuação, principalmente das linhagens "reais"³⁶, para a região em questão talvez o mais provável seja pensar que as relações de afinidade teriam jogado um papel mais significativo no desenho das alianças, sobretudo no que diz respeito à posse da terra e, como consequência, ao acesso aos excedentes oriundos da escravidão doméstica, especialmente do papel reprodutivo das mulheres e das cobranças de tributo de passagem³⁷. Afirmo esta questão, pensando no processo de assimilação que teve lugar no reino de Gaza. São inúmeras as referências sobre este sistema, aqui cito as mais

³⁵ Este dados só é compreensível se levarmos em consideração que na história da África do Sul, antes da centralização promovida por Shaka Zúlu, cujo reinado durou só dez anos (1818-1828) os Nguni também não eram centralizados. Vide entre outros Guest & Sellers (1985), Brookes et all (1965)

³⁶ Para uma visão diferenciada e sugestiva sobre estas chamadas linhagens, vide os trabalhos de Hammond Tooke (1985, 1984)

³⁷ Como já se explicou anteriormente, durante aquele período o comércio de marfim e escravos era um dos principais produtores de excedentes para o comércio ultramarino e, correlatamente, também para a reprodução das economias de troca locais, daí a importância de possuir também os direitos da terra para poder exigir dos comerciantes e grupos caçadores o tributo correspondente para poder transitar nas regiões dominadas pelos diversos “reinos”.

relevantes, pois, permitem-nos pensar sobre o papel que a escravidão doméstica representou, naquele período, para o processo de assimilação.

Os rapazes assimilados eram integrados nos regimentos e serviam muitas vezes, mais tarde, de funcionários administrativos e militares dos Nguni na administração territorial. As mulheres e raparigas capturadas eram dadas como esposas a Nguni sem que os maridos tivessem de pagar o lobolo. (SERRA, 2000: 94)

Este aspecto é importante para entender a penetração Nguni nas populações da região. Para além do sistema de vassalagem e submissão, estes desenvolveram um sistema de assimilação que permitiu, paralelamente, a reprodução e mobilidade social das populações ocupadas. Ao contrário do manifestado por Pélissier (1994: 195), este processo de assimilação colocado pelo autor para explicar o fracasso dos Nguni em torno desta política, não levou em consideração que o dito processo vivido na região tinha características inversas. Proponho, por tanto, pensar que esta assimilação ocorreu não apenas em uma direção e de maneira hierárquica, mas em ambos os sentidos. Um argumento interessante para sustentar esta afirmação, encontra-se no trabalho de Alcina Honwana (2003), sobre os processos de exorcização no pós guerra, ela sentenciou que:

os aculturados eram também autorizados a casar com os Nguni. Os povos assimilados à cultura Nguni não só ganhavam acesso a um estatuto social mais elevado, como também adquiriam a proteção dos agentes espirituais Nguni. (HONWANA, 2003: 57).

No entanto um outro elemento é proposto por Liesegang (1996), indicando que o princípio que sustentou esse sistema não foi outro que o de redistribuição:

O Estado de Gaza funcionava, também, como qualquer outro, como redistribuidor de riquezas. Alimentos, e outros objetos como p.e. peles de macaco e gatos silvestres podiam ser requisitados como imposto aos subditos e eram das recompensas para os servidores do estado [...] Foram também redistribuídos mulheres e crianças desta maneira, geralmente como prisioneiros de guerra ou confiscadas depois da execução do seu dono. (LIESEGANG, 1996: 39)

Se por um lado este sistema de assimilação contribuiu para a complexificação das relações de afinidade entre os diversos grupos não Nguni, por outro, o sistema de troca de mulheres não atuou apenas como sinônimo de submissão, mas também, e sobretudo, de apaziguamento³⁸. Contribuiu para assegurar uma economia doméstica com base em sua importância reprodutora. Harries (1981), realiza uma leitura do contexto estudado, pensando na importância de vincular as invasões Nguni e o sistema de escravidão doméstica, às mudanças do suposto modo de produção de “subsistência”,

³⁸ Neste ponto parece pertinente esclarecer que em relação ao cativo e troca de mulheres, não existe nenhuma intenção da minha parte de querer justificar um sistema que se sustentou principalmente no trabalho produtivo e reprodutivo feminino. Minha intenção ao contrário, pretende esclarecer um antecedente importante para os acontecimentos posteriores, que espero atingir na conclusão.

para um de produção e reprodução de “mais-valia”, baseado no cativo, especialmente de mulheres³⁹. O estatuto de cativo, como mencionava Serra (2000), embora não fosse hereditário, proporcionou a mão de obra suficiente para manter um sistema econômico de produção de excedentes para a manutenção e reprodução da dominância da linhagem Nguni.

Esse sistema de redistribuição é ainda objeto de discussão pela antropologia econômica, no entanto, para o caso em questão, parece-me plausível como um dos fenômenos explicatórios das relações de afinidades desenvolvidas durante a ocupação Nguni. Claude Meillassoux (1985) sugere pensar que neste tipo de sistema econômico o papel da mulher na fase de produção e reprodução de excedente é substancial:

The only way that a man could acquire a permanent supply of labour was through the reproductive functions of his wife. The more wives and children a man had, the greater was his right to land and the greater was his ability to cultivate that land. But as agricultural produce could not be accumulated, it was redistributed to secure the loyalty of followers... the accumulation of followers whose numbers determined the social standing of an individual. (MEILLASSOUX apud HARRIES, 1985: 32)

Neste sentido, o cativo e troca de mulheres com motivos de consolidação de alianças, como botim de guerra ou como mostra de submissão, se constitui como o modo de produção de riqueza:

Slaves constituted a means of accumulation, not only through the production of their labour, but through their sale and because they released their masters for more profitable work such as warfare, trade and migrant labour. (HARRIES, 1985:33),

Mas também serviu para a perpetuação da herança, a partir do efeito reprodutor que as mulheres terão ao serem integradas como concubinas ao sistema de parentesco dos invasores. Esta assimilação das mulheres ao grupo de parentesco do seus “senhores”, por sua parte, provocou a necessidade de adquirir sempre mais escravos (MIERS & KOPITOFF 1977: 67).

Os conflitos de sucessão e posse entre os diversos outros "reinos" na região foram "aproveitados" pelos Nguni para aumentar seu poder e domínio. Esta situação produziu como consequência direta, que os filhos destas concubinas foram absorvidos na linhagem Nguni, embora sem os direitos de sucessão ou herança que eram reservados apenas para os consanguíneos. Webster (2009), quando se refere ao impacto da dominação Nguni entre os Chopes, descreve este evento da seguinte maneira:

³⁹ Como já tínhamos anunciado no começo, este sistema de escravidão doméstica assumida pelos Nguni, durante seu domínio, é um aspecto pouco aprofundado e muitas vezes abafado pela preocupação com o tráfico ultramarino. Sabemos que esse tráfico continua de maneira intermitente (na forma clandestina e também sob o sistema de trabalhadores engajados) até a ocupação efetiva desta região pelos portugueses (ZAMPARONI, 1998: 21; HARRIES, 1981: 317 e ss; MEDEIROS, 1988: 14 e 59).

Assim, embora fosse de esperar que a cultura angone predominasse, isto não acontece. Uma mulher que é tomada como concubina irá criar os seus filhos à sua própria maneira (não terá aprendido a língua ou a cultura do seu senhor, e este irá provavelmente comunicar com ela na língua dela). As crianças estão constantemente aos cuidados da mãe e, portanto, crescem como crianças chopes (ou tsongas, se for esse o caso). Em poucas gerações, não restará senão o nome do clã angone (supondo que o povo conquistado segue um princípio patrilinear). (WEBSTER 2009: 45)

Este aspecto reforçaria o argumento, sob o qual a incorporação da força de trabalho feminina das populações designadas sob o rótulo de "Tsonga", na forma de escravidão doméstica, estaria determinada pela natureza das relações de parentesco⁴⁰, e estaria mais direcionada à reprodução de uma economia redistributiva. No entanto, se pensarmos esta estrutura social se desenvolvendo paralelamente a um circuito comercial de caráter mercantil, teríamos que concordar com Meillassoux (1995), reconhecendo que é precisamente esta venalidade da escravidão, que, aos poucos, irá contribuir para a reificação das relações de parentesco, e não ao contrário⁴¹. Neste sentido, basta pensar que as mulheres dos diversos grupos dominados, quando incorporadas à estrutura Nguni, na maioria das vezes não eram *loboladas*⁴² e carregavam todo o peso da reprodução, tanto econômica quanto sexual. Junto com isso, a incorporação dos mais jovens nos exércitos dos senhores Nguni contribuiu também de maneira significativa para consolidar este processo⁴³.

Nesse contexto é que deve ser localizado o comércio ultramarino de escravos, e não ao contrário, precisamente, era neste mercado que iam parar os insubordinados, sendo vendidos nas feitorias portuguesas para logo serem embarcados para as ilhas do Índico ou mesmo para o Sul dos Estados Unidos, Cuba ou Brasil. Porém torna-se necessário recuar um pouco e dedicar um momento

⁴⁰ “Labour constituted the most important factor of production in nineteenth century Gazaland. This was partly because of the labour-intensive nature of production in a society with little labour-saving technology, and partly because of the kinship system. The utilization of Gaza labour was largely determined by the nature of kinship relations, which tied labour to existing social obligations and means of production and consequently prevented the development of a force of free labourers or for a market for free labour.” (HARRIES 1981: 319)

⁴¹ Neste sentido assumimos a crítica elaborada por Meillassoux a Miers e Kopitoff (1977) os quais supõem que a posse das coisas também significava um direito hereditário sobre as pessoas e por tanto a escravidão podia produzir valor quantificável sendo esta ultramarina ou doméstica. No sistema redistributivo o papel reprodutor da mulher é substancial, basicamente pela importância que esta vai ter para a produção da herança. Meillassoux questiona: “Não há continuum entre esses dois níveis, mas uma mudança qualitativa. Miers e Kopitoff acreditam que os 'direitos sobre as pessoas' se comunicam no sistema escravagista, ao passo que é exatamente o contrário: é a venalidade da escravidão que contamina e reifica as relações de parentesco” (MEILLASSOUX, 1995:12)

⁴² Em relação ao “lobolo” (preço da noiva) vide: Granjo, Paulo: *Lobolo em Maputo. Um velho idioma para novas vivências conjugais*, Porto: Campo de Letras, 2005

⁴³ A incorporação desses jovens nas hostes Nguni terá conseqüências significativas para a constituição e institucionalização de um sistema tributário. Serão estes os encarregados de cobrar os tributos às populações dominadas, mas também serão os encarregados do subministro de escravas para a linhagem dominante, garantindo a produção de riquezas.

de atenção aos processos de circulação e comércio ativos na região. De acordo com a literatura consultada, parecem coincidir os movimentos migratórios de ocupação Nguni com o crescimento do tráfico de escravos no Sul de Moçambique, somando-se ao já estabelecido e lucrativo comércio de marfim. Entre 1820 e 1840, este tráfico de escravos foi beneficiado pelas incursões Nguni nas regiões interiores do que em 1821 se tornará o reino de Gaza, sob o domínio de Manikusse. Dados e cifras que quantificam a dimensão deste comércio no sul estão contidos nas diversas obras referidas anteriormente. Contudo, para entender o significado desse tráfico, principalmente para os portugueses, Zamparoni (1998) resume:

Entre 1770 e 1850, o tráfico de escravos constituiu-se na principal atividade econômica da colônia. Em 1829, 75% das rendas alfandegárias eram dependentes do tráfico de escravos e isto permitiu e exigiu a expansão de uma rede administrativa colonial portuguesa que, ainda que não conseguisse fazê-lo como o desejado, buscava o controle dos portos como condição básica para a metrópole exercer o seu poder arrecadador além de propiciar negociações tanto a particulares quanto a agentes do Estado. (ZAMPARONI, 1998: 15)

Esse comércio começou a declinar já na segunda metade do século XIX⁴⁴, assim como o comércio do marfim, segundo (2º) produto mais importante para o comércio ultramarino. A escassez de elefantes e a diminuição do preço por escravo, levou Manikusse a proibir esse comércio em seus domínios, já em 1850⁴⁵. Se antes desta data, no sistema de troca ainda predominavam os produtos manufaturados e especiarias, paralelamente, a incipiente incorporação de dinheiro através dos comerciantes asiáticos e árabes, que dominavam majoritariamente as rotas do comércio com o interior, começara a substituir estes produtos pelo uso da moeda. É importante ter presente essa monetarização, pois será um fator importante para o desenvolvimento da economia de mercado, baseada no que veio a se chamar de expansão do “trabalho-livre”. Neste sentido, a incorporação da moeda (sterling) para o pagamento dos tributos, mas também para os gastos com o matrimônio (lobolo)⁴⁶, transforma-se num fator significativo na medida que o matrimônio, junto à guerra e à

⁴⁴ Talvez devêssemos dizer que este declinar da rota atlântica, conviveu paralelamente com o aumento do tráfico na rota do índico. Este fato parece estar apagado das leituras sobre o tráfico desse período, no entanto existem alguns autores que dedicam especial atenção e este momento, chegando inclusive a rotular este período do “século das ironias” (Thompson, 1987). Vide entre outros Curtin, Ph; Feierman, S; Thompson, L Vansina J. (1995)

⁴⁵ “Basically, as one travelier was informed, Nguni export slavery through Inhambane and Lourenço Marques became unprofitable because of the anti-slavery activities of the British, and it was because of this that Manukosi prohibited the maritime export of Nguni slaves while conversely encouraging the more profitable slave trade with the Trasvaal Boers.” (HARRIES, 1981: 317). Em outra versão do mesmo período, Rita-Ferreira propõe localizar o interesse na venda de escravos nos próprios donos da terra: “Se, como parece, o fundador do Império de Gaza era hostil ao tráfico de escravos, o mesmo não pode afirmar dos dirigentes das comunidades políticas quer Rongas (das Terras da Coroa) quer Tsonga, espalhadas por todo o interior, que dispuseram de relativa autonomia até 1838 ou 1839”. (RITA-FERREIRA, 1982:123).

⁴⁶ “Apreço por produtos manufaturados de proveniência ultramarina, a consolidação progressiva de uma economia

instituição da servidão, estiveram estreitamente relacionados com a questão da descendência, e portanto da herança, o que para os povos da região constituiu um dos mais importantes preocupações em torno da sua própria continuidade. É neste contexto também que deve ser localizado os primórdios do fenômeno de mobilidade em grande escala, de uma parte significativa da população sulista para a África do Sul, com o propósito de participar dos sistemas de extração mineira e das grandes monoculturas de exportação que começavam a se desenvolver paralelamente, a partir da segunda metade do século XIX, nas regiões da África do Sul, particularmente no Transvaal e Natal, respectivamente.

Resumindo, temos que o comércio na região sul, até antes da “ocupação efetiva” dos portugueses em 1895, caracterizou-se pela convivência estreita do tráfico ultramarino de escravos (e outros produtos) e a escravidão doméstica dentro de uma estrutura de ocupação militar estrangeira, cujo sustento predominante foi o excedente produzido pelo uso extensivo da mão de obra cativa (principalmente feminina) e os remanescentes, produto do tributo dos povos submetidos. É a partir desse processo que pretendo colocar – em caráter de hipótese – algumas consequências a respeito do desenvolvimento da mobilidade da mão de obra das populações na região sul, durante a ocupação efetiva e o período pós-independência. A primeira delas, é que o uso da força de trabalho escrava reforçou a (re)produção doméstica e, desta maneira, a dominação da elite Nguni na região, mas foi também, por outro lado, um fator de mobilidade, ao permitir que os homens Nguni e seus parentes pudessem direcionar sua força de trabalho para o mercado sul-africano, em troca de dinheiro, e:

concomitantly formed an important part of the productive base upon which cheap migrant labour was founded, as slave labour subsidized plantation and industrial wages in South Africa by providing the subsistence necessary to reproduce the migrant's family while he was absent in South Africa (HARRIES, 1981: 321)

A segunda consequência, é que essa mobilidade e circulação vai consolidar e sistematizar o processo de monetarização em curso e, dessa maneira, também incidirá nas mudanças da estrutura social das diversas populações inseridas nestas novas formas econômicas⁴⁷. A terceira delas, é que a

pré-monetária, a destruição dos bovinos e o pagamento do lobolo em libras esterlinas, a facilidade de obtenção de emprego assalariado na África do Sul que explicam o motivo dos tsonga aceitarem o sistema de trabalho migratório mais cedo e com maior entusiasmo do que qualquer outro grupo étnico na África do Sul”. (RITA-FERREIRA, 1982: 179-180). Porém, este argumento não deixa de ser um tanto questionável, especialmente porque essa óptica parece privilegiar uma visão desproblematizada deste processo.

⁴⁷ Se antes a moeda era de uso privativo dos comerciantes, com a expansão das minas e plantações na regiões sul africanas que incentivaram o fluxo migratório, expandiram também a circulação de metal, possibilitando "democratizar" de alguma maneira o acesso a bens que naquela altura era concentrados nas famílias dos grupos

invasão Nguni teve um impacto importante no processo de diferenciação social dos diversos grupos atuantes na região, diferenciação que se acentuará com a migração para África do Sul. Esta situação pode ser refletida no processo de adscrição identitária, principalmente entre os grupos localizados nas proximidades dos portos e os localizados nas zonas interiores, diferença que até os dias de hoje ainda se manifesta. Consequentemente, com este terceiro aspecto, podemos inferir que a entrada dos portugueses na região Sul não teve um impacto diferente da dos Nguni, principalmente para a percepção da população, sobretudo porque os portugueses organizaram seu domínio sobre as estruturas estatutárias e políticas já estabelecidas, mesmo as que têm sua origem na escravidão doméstica. Desta maneira, faz sentido pensar na possibilidade de uma concordância, com relação à imagem de externalidade inicial, entre a ocupação Nguni e a portuguesa, no sentido de que foram percebidas, pela população da região, como invasões estrangeiras, porém, a primeira monopolizou o poder se inserindo no sistema redistributivo de reprodução econômica preexistente, enquanto a segunda sustentou seu poder burocratizando estas relações sobre a base da acumulação, ou como concluiria Liesegang (1995):

Diferentemente dos Nguni, os portugueses, nas suas feitorias e pequenos pedaços de domínio, usufruíram também deste sistema já antes de ocupá-los efetivamente. Porém, esta relação esteve marcada pelo pouco entendimento de parte dos europeus, em termos redistributivos, do sistema de alianças, e do grau de enraizamento nas formas de acesso à terra que a população da região tinha como prática habitual.⁴⁸

Neste sentido, finalizo aqui um evento, que inicialmente pode parecer anedótico, mas que inserido na linha de reflexão antes exposta, permite-nos enxergar a dimensão deste profundo processo de incorporação da mão de obra masculina ao incipiente modo de produção capitalista. Se trata de um episódio documentado por Liesegang (1996), no qual se relata que Ngungunyane, já preso pelos portugueses e levado em um vapor, através do Limpopo para a metrópole, teria respondido à população ribeirinha que se juntara nas margens do rio para despedi-lo com insultos⁴⁹. Ngungunyane irritado com os insultos teria respondido da seguinte maneira: *"você vão trabalhar com as vossas mulheres"*... voluntaria ou involuntariamente, o último rei Nguni "augura" o novo processo que se inicia com a ocupação efetiva dos portugueses das terras do sul de Moçambique, e que estaria relacionado à incorporação da força produtiva masculina, dentro do modo de produção

dominantes.

⁴⁸ Neste sentido, merecem ser mencionadas as dificuldades de compreensão mútua descritas no trabalho de Liesegang: *A Guerra dos Reis Vátuas*. AHM, Maputo, 1995.

⁴⁹ *"Onde vais tu, mungoni de barriga gorda? Onde vais que roubou as nossas galinhas e bois? Vais pelo mar e não voltaras, ou vai embora milhafre, que acaba as nossas galinhas, etc."* Teriam sido os insultos proferidos pela população nas margens do Limpopo ao rei preso (LIESEGANG, 1996: 75)

capitalista, ao *mundo do trabalho*, seja esta na forma do trabalho forçado, na obrigação do uso da terra para monocultivos, mas também através da obrigação do pago de tributo (imposto de palhota), aproveitando a migração destes para as minas da África do Sul.

Bibliografia consultada:

- A. A. Caldas Xavier, *Reconhecimento do Limpopo. Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatórios da Comissão de limitação de fronteira de Lourenço Marques*, Imprensa Nacional, Lisboa 1894.
- A. D'ornellas, *Raças e línguas Indígenas em Moçambique*. Memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional, Lisboa, 1901.
- A. & B. Isaacman, *Slavery and beyond: the making of men and Chikunda ethnic identities in the unstable world of south-central Africa, 1750-1920*, Heinemann, Portsmouth, 2004.
- _____, *The tradition of resistance in Mozambique: the Zambesi Valley, 1850-1921*, University of California Press, California 1976.
- A. Honwana, *Espíritos Vivos, tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Nova Iorque, Promedia, 2002.
- A. P. Wagner, *A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique*. História Unisinos 11(1), Janeiro/Abril 2007.
- A. Rita-Ferreira, *Presença Luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (até c. 1900)*. Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1982.
- B. Anderson, *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1993.
- B. Camacho, "Política Colonial", In *Cadernos Coloniais* nº 26. Editorial Cosmos, 1936.
- B., Davidson, *Mãe Negra*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- B. Guest & J. Sellers (edit.), *Enterprise and Exploitation in a Victorian Colony: aspects of the Economic and Social History of Colonia Natal*. University of Natal Press, Pietermaritzburg, 1985.
- C. Melliasoux, *Antropologia da Escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1995.
- _____, *Mulheres, celeiros & capital*. Editora Afrontamento, Porto, 1977.
- C. Serra et al., *Historia de Moçambique, Parte I Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885*, Imprensa Universitária, Maputo, 2000.
- D. Neves, *Das terras do império vátua às praças da República Boer: Itinerário de uma viagem a à caça dos elefantes [1878]*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.
- D. Webster, *A sociedade chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique (1969-1976)*, Lisboa, ICS, 2009.
- E. A. Alpers, "The East African Slave Trade". In *Historical Association of Tanzania*, Paper no. 3, Nairobi: EAPH, 1967.
- E. Axelson, *Portugal and the Scramble for África, 1875-1891*, Joanesburgo, 1967.
- E. Brookes et al., *A history of Natal*. University of Natal Press, 1965.
- E. Gellner, *Naciones y nacionalismo*. Alianza Editorial, Madrid, 2001.
- E. Hobsbawn, *Nações e nacionalismo desde 1780*. Editora Paz e Terra, São Paulo 2008.
- E. Medeiros, *As Etapas da Escravatura do Norte de Moçambique*. UEM, Maputo, 1988.
- F. M. Gomes de Oliveira, *A abolição do tráfico de escravos nas relações diplomáticas Portugal-*

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Inglaterra: 1810-1851. Universidade de Lisboa, 1996.

G. Aparecida, *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. (Dissertação de mestrado, USP, 2007).

G. Liesegang, *A guerra dos reis Vátuas-- do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques*. Documentos. Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo (reimpressão), 1995.

_____, *Vassalagem ou tratado de amizade?: história do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza*. Estudos. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1986.

H. Junod, *Uso e Costumes dos Bantus*, Tomo I e II, Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1996.

I. Christie, *Samora - uma biografia*. Ndjira. Maputo, 1986.

J. Capela, *Escravidão. A Empresa do Saque. Abolicionismo (1810-1875)*. Afrontamento, Porto, 1974.

_____, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique 1733-1904*. Afrontamento, Porto, 2002.

J. Capelas & E. Medeiros, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. UEM, Maputo, 1987.

J. L. Fernandes, *República de Moçambique: as alterações toponímicas e os carimbos dos correios*. Editora Humús, 2006.

J. Milhazes, *Samora Machel: Atentado ou Acidente?* Alêtheia, Lisboa, 2010.

K. Anthony. Appiah, *Cosmopolitismo. La ética em un mundo extraño*. Katz Editores, Buenos Aires 2007.

K. Verdery, "Wohin mit der Postsozialismus." In C. Hann (Org): *Postsozialismus: Transformationsprozesse in Europa und Asien aus ethnologischer Perspektive*. Campus Verlag, 2002.

L. A. Covane, *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul : 1850-1964 : acordos e regulamentos principais*. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1989.

L. M. Thompson, *African societies in Southern Africa*. London, Heinemann, 1978

M. Almeida, "Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica". In *Campos. Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 03, p. 9-30, 2003.

M. Carneiro da Cunha, *Cultura com Aspas*, Editora Cosac Naify, 2009.

M. Godelier, *Sobre as sociedades pré-capitalistas*. Vol. 1, Seara nova, Lisboa, 1976.

M. Mamdani, *Ciudadano Súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Mexico, Edición Siglo XXI, 1998.

M. Newitt, *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

_____, "Angoche, the slave trade and the Portuguese c. 1844 – 1910". In *JAH*, 13, 4, Cambridge, 1973. pp.659-73.

M. Sahlins, *Economía de la Edad de Piedra*. Madrid. Akal, 1983.

M. Vilhena, *Gungunhana no seu Reino*. Edições Colibri, Lisboa, 1996.

O. Nhacale & C. Maluana, *Magigwane e Mbuyiseni. Alguns subsídios para a reinterpretação da Historiografia de Resistência Colonial do Estado de Gaza*. Coleção Embondeiro, ARPAC, Maputo, 1997.

P. Chatterjee, *Clonialismo, modernidade e política*. EDUFBA, Bahia 2004.

P. Curtin et all, *African History: From the Earliest Times to Independence*. 2nd. ed. New York, 1995.

P. Curtin & J. Vansina, "Sources of the 19th century Atlantic slave trade". In *JAH*, 5 (6), 1964. pp. 185-208.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- P. Harries, “Exclusion, Classification and Internal Colonialism: The Emergence of Ethnicity Among the Tsonga-Speakers of South Africa”. In LEROY, L. Vail: *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. London, James Currey, 1989. pp. 82 – 117.
- _____, “Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction; The Nature of Free and Unfree Labour in South-East Africa”, In *The Journal of African History*, Vol. 22, No. 3. 1981. pp. 309 – 330.
- _____, “The Anthropologist as Historian and Liberal: H-A Junod and the Thonga”. In *Journal of Southern African Studies*, 1981. pp. 37-50.
- P. R. Warhurst, *Anglo-Portuguese Relation in South-Central África, 1890-1900*, Londres, 1962.
- R. Pélisser, *História de Moçambique. Formação e Oposição-1854-1918*, Volume I e II, Lisboa, 1987.
- S. X. Botelho, *Escravatura: benefícios que podem provir ás nossas possessões d'África da proibição daquelle trafico: projecto de huma companhia commercial que promova e fomenta a cultura e civilização daquelles dominios : obra posthuma offerecida ao Corpo do Commercio Portugues*, Editor Typ. de J. B. Morando, 1840.
- S. Miers & I. Kopytoff, *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Univ of Wisconsin Press, Madison, 1977.
- S. Ngoenha, *Machel – Ícone da 1ª República*. Ndjira. Maputo, 2010.
- T. W. D. Hammond, “In Search of the Lineage: The Cape Nguni Case”. *London: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 19, n° 01, 1984. pp. 77-93.
- _____, “Descent Groups, Chiefdoms and South African Historiography”. *Journal of Southern African Studies*. London: Taylor & Francis, Ltd., vol. 11, n° 02, 1985. pp. 305-319.
- V. Das & D. Poole, “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. In *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8, México, GERI-UAM, pp 218 – 256, 2008.
- V. Zamparoni, *Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940*. Tese Doutorado, Centro de Estudos Africanos USP, São Paulo, 1998.
- Y. Moulier-Boutang, *De la esclavitud al trabajo asalariado: economía histórica del trabajo asalariado embridado*. Ediciones AKAL, Madrid, 2006.
- Z. Benigna et all., *Slave routes and oral tradition in southeastern Africa*, Filsom Entertainment, Seattle, 2005.